



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE
RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 21/05/2021
(30ª REUNIÃO)

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Zenilda Terezinha Mendes da Silva, Secretária Municipal da Educação de Cerejeiras/RO, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Célio Lang, Prefeito de Urupá e Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Luciano Farias, Coordenador de Educação da AROM; Agenor Fernandes de Souza, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO); Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho; Cleuzeni Maria de Jesus, Diretora de Ensino da Secretaria Municipal da Educação de Ariquemes/RO; Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições, relacionadas ao tema do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais.

1) O que foi discutido

Após saudações, são destacados os três pontos da pauta de hoje: atualizações sobre o desenvolvimento da estratégia de monitoramento de implementação dos protocolos de volta às aulas, a apresentação dos dados a respeito da Educação Infantil, e discussões a respeito da conectividade: levantamento a respeito dos alunos e professores.

Iniciando-se com as atualizações sobre as estratégias de monitoramento, o Sr. VALMIR traz informações referentes às novidades desse ponto. Fala sobre a reunião ocorrida no dia 11/05, destacando que 15 das 18 Coordenadorias Municipais participaram, e 39 dos 52 municípios estavam presentes. A respeito dos 13 municípios que não participaram, foram enviadas à UNDIME a apresentação e a minuta de decreto para ser encaminhado a eles. Foram enviados também os documentos para a UNDIME e a AROM, pedindo a mobilização aos municípios que não participaram.

Informa também que, apesar de ter sido previsto o início do curso de capacitação das comissões para 25/05, tal data ficará prejudicada, visto que não se tem o levantamento a respeito de quais municípios realmente efetivaram a criação dessas comissões. Sugere que a data seja reagendada, sendo dada prioridade a ações de mobilização para instituição oficial das comissões. Sugere também que um Ofício, redigido pelo GAEPE, seja formalizado e encaminhado aos municípios para comunicação.

A Prof.^a RITA questiona quantas reuniões foram realizadas com os prefeitos ou secretários, convidando-os a implementar os protocolos de monitoramento para retorno das aulas, com a UNDIME e/ou AROM, para compreensão das propostas. Sugere que sejam criados outros momentos para engajamento, de conversa e esclarecimentos, antes do curso de capacitação, com os gestores.

A Secretária ZENILDA traz a perspectiva dos Secretários, informando que, apesar do comprometimento e interesse em fazer parte da iniciativa, também possuem outras pesquisas às quais precisam responder, e que há um grande demanda de informações, acabando por deixarem todos perdidos quanto ao que já foi feito e ao que precisa ser dado atenção. Concorde com o exposto pela Prof.^a Rita, que reuniões informando o que

deve ser feito dentro de determinado prazo seria de extrema ajuda. Destaca que é importante também a presença dos Prefeitos nas reuniões, para que saibam o que vem sendo feito e discutido quando o assunto é a educação e a importância do retorno às aulas presencialmente.

A Dra. FLÁVIA pede a palavra e fala sobre a fase da imunização, que está direcionada às pessoas com comorbidades, e acredita que vários professores já serão vacinados nessa fase. A Dra. ALESSANDRA pergunta se é fácil ter acesso a esses dados, a respeito do total de professores já vacinados nessa fase atual. A Dra. FLÁVIA responde que sim, por meio de um sistema eletrônico novo que vem sendo desenvolvido. Outrossim, destaca que esses dados podem ser coletados entre os próprios professores, por meio da AROM. Ainda, fala ainda sobre a importância de se ter comissões articuladas dentro das escolas, pois, mesmo com a vacinação dos profissionais da educação, a vigilância e medidas implementadas deverão ser mantidas e respeitadas. Sugere que o retorno escolar não ocorra nos municípios em que essas comissões não estiverem implantadas.

O Presidente PAULO CURTI manifesta preocupação com a fala trazida pelo Sr. Valmir, destacando que essa iniciativa e os planos de retorno dos municípios vêm sendo acompanhados e questionados desde o ano passado, sendo essa uma pauta recorrente nas discussões do GAEPE. A governança estabelecida e cooperativa é inédita, mas para seu pleno funcionamento, é necessária a participação de todos os setores, especialmente com o envolvimento da AROM, UNDIME e SEDUC. Destaca que não vê que a judicialização ou a cobrança de ações efetivas, feita pelos órgãos de controle, seja a solução para as políticas públicas, pois as questões poderiam facilmente resolvidas através do diálogo e da colaboração, mas entende que talvez não haja alternativas para que o retorno ocorra de forma segura e em consonância com os protocolos de biossegurança.

A Dra. MARCÍLIA se manifesta para dizer que o sistema de cooperação deve ser implementado em todos os municípios, destacando que essa governança traz benefícios mais rápidos e de longo alcance para as propostas trazidas, sendo essencial que haja esse comprometimento das prefeituras. Destaca ainda sua preocupação com o retorno presencial das aulas em relação ao transporte escolar, no tocante à falta de organização quanto à fiscalização dos veículos, à contratação de empresas etc. Destaca que, havendo decreto possibilitando o retorno, essa frente pode não estar preparada, principalmente para a zona rural.

Fica estabelecido então que será minutado, pela equipe do TCE em conjunto com a Dra. Flávia, um Ofício do GAEPE lembrando a importância da constituição de comissões municipais, anexando-se também informações da AGEVISA, se organizando para que se tenham as informações a respeito da composição até a primeira semana de junho. O Sr. VALMIR sugere também que as entidades participantes do GAEPE incentivem suas representatividades em cada município para haver a adesão deles nessa iniciativa. Oportunamente, será decidida a data para se realizar a capacitação dos membros das comissões, ficando-se em aberto. Para a próxima reunião, observar as respostas que terão de acordo com a adesão dos municípios, e já começar a marcar a formação dos que se encontram mobilizados.

O Secretário SUAMY informa que semana que vem haverá uma reunião com a UNDIME, e que esse ponto será evidenciado e debatido entre eles: uma rede nutrido a outra. Quando se trabalha com a mobilização, se alcança muito mais coisas.

É passada a palavra ao Presidente CÉLIO LANG, que informa a ocorrência de uma reunião com os prefeitos na segunda-feira, e que, também, o ponto a respeito da organização das comissões municipais será passado. Destaca que a principal preocupação atual é a vacinação dos profissionais da educação. Também fala a respeito do sistema que tem sido implantado para acompanhar quais e quantos profissionais educacionais já foram vacinados, apontado no início da reunião pela Dra. Flávia.

A Secretária ZENILDA pede a palavra e fala que não é difícil conseguir o quantitativo de profissionais vacinados em cada município, visto que, em Cerejeiras, tem sido passadas informações a esse respeito pelos Diretores das escolas, através das informações prestadas pelos próprios professores, prática essa que pode ser implementada nos outros municípios.

Passando para o próximo ponto de pauta, a respeito da ampliação do acesso da educação infantil, a Dra. ALESSANDRA apresenta o panorama do tema, que vem sendo discutido nas últimas reuniões. Destaca os dados coletados e enviados pela AROM, que aprofundarão esse ponto com informações anteriormente delimitadas. Uma planilha sobre os levantamentos realizados pela AROM e pela UNDIME foram apresentados, de acordo com os 35 municípios que responderam com os dados.

O Presidente CÉLIO se manifesta para perguntar se, com relação aos Planos Municipais de Educação, já houve uma proposta do Estado sobre como ajudar os municípios para dar mais condições a essa demanda, também

de forma estrutural, por meio de investimentos. O Secretário SUAMY responde que um dos assuntos a serem tratados na reunião da semana que vem diz respeito a isso: quais prioridades os municípios possuem na área de construção, para serem montados os convênios e atender quem puder. O Estado se dispõe a ajudar na construção de salas para os alunos, e outras demandas, visando atender todos os municípios do Estado.

A Dra. ALESSANDRA ressalta a importância de grupos de governança cooperativa para que, com a troca dos governos, os projetos sigam em continuidade de onde pararam, e não sejam abandonados pelo novo gestor, fato que ocorre e que foi destacado pelo Presidente Célio, e reafirmado pelo Secretário Suamy. No fim, todos querem a mesma coisa: dar suporte para as crianças.

A Dra. IVONETE pede a palavra e sugere ao Presidente Célio, para a reunião que ocorrerá na segunda, que todo prefeito saiba suas necessidades: qual a demanda reprimida e onde ela se localiza, visando a construção de escolas realmente necessárias; não esperar, também, pelo Estado. Planejar, a curto e a longo prazo, as instalações necessárias, mão de obra etc. Tal planejamento deve ser inserido na lei orçamentária, para ter os recursos necessários. Os prefeitos devem revisar também os Planos de Ação e atualizá-los.

A Prof.^a RITA se manifesta para tecer comentários a respeito das planilhas mostradas: a AROM captou dados a respeito do número de crianças matriculadas em creches (0 a 3 anos), bem como se existe fila para vaga e o contingente de crianças que não estão na pré-escola; já a UNDIME levantou dados sobre número de crianças matriculadas em creches, qual a lista de espera, número de crianças matriculadas no Pré I e II. Destaca que se deve trabalhar com os mesmos indicadores. Observa que, conforme dados coletados pela AROM, dos 35 municípios que responderam, 5 declararam que existe fila para vagas em creches. Para além da estrutura das escolas, ressalta que deve se pensar também na qualidade da educação e capacitação dos educadores. Apresenta o portal da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que possui dados a respeito da primeira infância, contendo indicadores para fazer esse acompanhamento sobre os dados coletados em cada município do Estado de Rondônia. Trata-se de fonte segura com informações detalhadas, aprovadas pelo INEP. Informa ser bastante produtora, caso os gestores façam uso dessa ferramenta, e que essa recomendação para acesso e utilização do site pode ajudar muito.

O Presidente CÉLIO pede a palavra e fala que um levantamento sobre os pontos levantados pela Dra. Ivonete será realizado, conjuntamente com a SEDUC, para serem trazidas na próxima reunião do GAEPE.

A Secretária GLÁUCIA faz uma apresentação sobre os dados coletados no Município do Porto Velho, compartilhando sua tela, para ciência dos membros do Gabinete, informando as demandas por zona da cidade. Há um total de 483 crianças pertencentes à demanda reprimida. Apresenta o Plano de Expansão, e informações sobre o ensino remoto. A Dra. ALESSANDRA pergunta sobre o não atendimento das crianças de 0 a 2 anos, evidenciado na apresentação, se existe uma perspectiva para atendimento delas. A Secretária responde que, apesar do município não abarcar essa faixa etária, pretende-se mudar essa realidade. Informa que uma maior atenção será dispensada à zona rural, que apresentou poucos resultados.

É passado ao terceiro ponto da pauta, a respeito da conectividade, tratando-se sobre o levantamento dos dados pela AROM referente à quantidade de professores e alunos para se fazer a compra de dispositivos, visando auxiliar no ensino remoto, e para disponibilização dos recursos de internet, e a respeito da negociação do *megabit* a ser disponibilizado.

O Sr. VALMIR informa dados a respeito do aplicativo a ser adquirido para disponibilização de internet: o Termo de Cooperação está em fase de assinaturas pelas PGE, SEDUC e a empresa contratada; a equipe de comunicação está fazendo o *layout* do aplicativo; as ferramentas a serem implementadas no aplicativo está sendo discutida pela Secretaria, junto com as informações técnicas. Com relação às operadoras, apenas a Tim não trouxe informações a respeito da contratação, sendo acordados os termos com as outras 3 operadoras (Claro, Vivo e Oi).

Sobre os dados solicitados sobre professores e alunos, não foram enviados os números pela AROM, tendo esse ponto não ido à frente. Entretanto, em pesquisa paralela, levantou-se o quantitativo de um pouco mais 187 mil alunos e 7.824 professores na rede estadual, e por volta de 127 mil alunos e 6.155 professores na rede municipal, totalizando em torno de 308 mil usuários para serem atendidos, contando-se também outros profissionais da educação. Observou-se que seria um custo de R\$ 0,50 para o usuário/mês. Quanto ao uso de internet, seria 1 giga para aluno/mês, ficando o valor individual de R\$ 10,00/mês. Seria pago, na estadual, o total de R\$ 1.462.500,00; para as redes municipais, tem-se que seria um gasto de R\$ 1.002.000,00.

Quanto às aquisições, para o Estado, seriam 60 mil tablets, que se encontram em fase de checagem, sendo esperado um número maior quanto ao total de usuários a serem atendidos nas duas redes. Dessa forma, vem

sendo pretendido um pedido individual por município, de forma participativa com o pedido do Estado. Perguntas sobre uma maior explanação desses dados são feitas. Após, a reunião é encerrada.

2) O que ficou deliberado

A respeito dos pontos de pauta tratados hoje, foram sugeridos como encaminhamentos, de modo a subsidiar o aprofundamento das discussões na próxima reunião:

Tópico 1:

- AROM: Sensibilização dos prefeitos na reunião que ocorreria na segunda-feira seguinte (24/05) acerca da importância de se criar/adequar as comissões municipais para monitoramento da implantação dos protocolos de retorno às aulas presenciais;
- SEDUC: No mesmo sentido, uma sensibilização quanto a esse tema com os Secretários em reunião na semana seguinte, presidida pelo Secretário Suamy;
- GAEPE: Expedição de Ofício a respeito do monitoramento da implantação dos protocolos de retorno às aulas presenciais e das comissões (o que precisa ser feito, para onde encaminhar as informações dos grupos constituídos) – atendido por meio do Ofício GAEPE n. 13/2021, enviado aos Municípios em 28/05/2021;
- AROM: Levantamento a respeito da vacinação de todos os profissionais da educação no Estado de Rondônia (sugestão da Secretaria Zenilda, que se dispôs a compartilhar a experiência de seu Município);
- AROM: Identificação das dificuldades concernentes ao transporte escolar.

Tópico 2:

- AROM/UNDIME: complementar, na planilha anteriormente compartilhada, as informações referentes a cada faixa etária das crianças – 0 a 1 ano, 1 a 2 anos etc, bem como fazer os demais ajustes sugeridos pela Prof. Rita Paulon;
- AROM/UNDIME: Planos Municipais de Educação: identificar qual o plano de cada município;
- AROM: Levantamento de quantas creches estão sendo pretendidas para construção nessa gestão atual;
- AROM e SEDUC: Levantamentos a respeito das demandas reprimidas em cada cidades.

Tópico 3:

- AROM: Levantamento do número de professores, alunos e turmas dentro de cada município;
- SEDUC e AROM: Informes a respeito da aquisição dos serviços de internet para alunos e professores.

Ficou marcada nova reunião para o dia 11/06/2021, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 28/06/2021, às 14:24, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0306580** e o código CRC **72C1B3BB**.